



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10116 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT12 - Currículo

Educação de Jovens e Adultos privados de liberdade: levantamento bibliográfico e aproximação com o campo curricular

Gabriel Santos da Silva - UERJ - PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

Educação de Jovens e Adultos privados de liberdade: levantamento bibliográfico e aproximação com o campo curricular

RESUMO: A partir do resultado obtido em um levantamento bibliográfico das Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) sobre a temática da Educação de Jovens e Adultos em situação de restrição e privação de liberdade, foi possível identificar a insuficiência de estudos ancorados em temáticas relacionadas ao campo do currículo. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é argumentar que reflexões produzidas no campo do currículo, em especial aquelas realizadas de uma perspectiva pós-estruturalista, podem ser produtivas para a compreensão das especificidades deste campo de estudos. O levantamento foi ancorado na perspectiva de Vosgerau e Romanowski (2014) sobre os estudos de revisão.

Palavras – chave: Escola da Prisão; Currículo; Cárcere; EJA.

Este trabalho tem como principal objetivo argumentar que reflexões produzidas no campo do currículo, em especial aquelas realizadas de uma perspectiva pós-estruturalista, podem ser produtivas para a compreensão das especificidades da educação prisional. Sua elaboração foi motivada pelos resultados obtidos a partir da realização de um levantamento bibliográfico sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) em situação de restrição e privação de liberdade nas Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) que possibilitaram constatar não só a insuficiência de trabalho sobre a temática, mas especialmente de produções sobre o tema associadas à questões de natureza curricular.

A escola da prisão se enquadra em um dos tipos de EJA ofertados no Brasil. Um direito à educação garantido por diversos normativos desde a década de 1980 através de orientações internacionais e marcos legais nacionais. Esses documentos possuem muitas perspectivas sobre temas presentes em nossa sociedade.

Em âmbito nacional, optamos por apresentar alguns desses documentos que marcam a educação de pessoas privadas de liberdade como um direito básico afim de frisar a perspectiva da garantia de direitos no Brasil. São eles: **A Lei de Execuções Penais; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os Planos Nacionais de Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, e o Plano Estratégico de Educação no âmbito do**

Sistema Prisional.

São documentos que reúnem diferentes perspectivas de educação podendo ser caracterizados como textos híbridos (LOPES, 2004), em que sentidos de educação e de educação prisional são disputados. O aprofundamento dessas disputas escapa ao objetivo desse texto, no entanto, é importante destacar a afirmação da EJA como direito. Compreensão partilhada por grande parte da literatura que assume a oferta dessa modalidade como direito básico e não um benefício. Entretanto, tal leitura não hegemoniza as diferentes perspectivas existentes sobre a escola da prisão.

A discussão sobre a temática da EJA prisional tem ganhado destaque nos últimos anos. Segundo Rodrigues e Oliveira (2017), esse destaque está ligado a dois marcos cronológicos. O primeiro acontece entre os anos de 1996 e 2006 com a transição democrática, a promulgação das Lei de Diretrizes e bases da Educação e das Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA. Já o segundo acontece a partir de 2007 com a elaboração e promulgação das Diretrizes Nacionais para Jovens e Adultos em privação de liberdade.

Por sua vez, o crescimento da produção científica sobre o tema auxiliou e continua nos auxiliando acerca dos possíveis debates e problematizações que envolvem a educação para os sujeitos privados de liberdade. Qual o papel da escola da prisão? Qual o melhor tipo de educação a ser desenvolvida nesse espaço? Para quê/quem?

O levantamento realizado nos informa que essas discussões ainda são hegemonicamente pautadas pela mesma lógica de organização da escola regular que pode ser interpretada como resultado de um processo de naturalização da escola que pouco favorece a compreensão das especificidades da instituição. De toda e qualquer instituição, mas que se mostra ainda mais problemática quando se trata da escola prisional.

Sobre o levantamento bibliográfico e as revisões de literatura

O levantamento incluiu comunicações e pôsteres apresentados nos 24 Grupos de Trabalho (GTs) da ANPEd, a partir de 2000. Foram desconsiderados apenas os GTs 07, 11, 15 e 22 devido a não proximidade com o tema desta pesquisa.

Vosgerau e Romanowski (2014) buscam discutir e apontar indicações para revisões bibliográficas, especificamente no campo educacional. Segundo as autoras, os estudos de revisão consistem em organizar, esclarecer e resumir as principais obras existentes sobre um determinado tema, bem como fornecer citações completas da literatura. Além disso, podem apresentar uma revisão para o panorama histórico sobre um tema ou assunto considerando as publicações em um campo (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014). Logo, as revisões são necessárias principalmente para pesquisadores iniciantes.

As autoras identificam uma grande variedade de nomenclaturas atribuídas aos estudos de revisão e mapeamento como: levantamento bibliográfico, revisão de literatura, revisão bibliográfica, estado da arte, revisão narrativa, estudo bibliométrico, revisão sistemática, revisão integrativa, meta-análise, metassumarização e síntese de evidências qualitativas. Apesar dessa variedade encontrada, as autoras apontam que é possível agrupar tais distinções em dois tipos: as revisões que mapeiam e as que avaliam e sintetizam.

Dentro das “revisões que mapeiam” temos: o levantamento bibliográfico, que levanta todas as referências encontradas sobre um determinado tema; a revisão bibliográfica que possui dois propósitos, o de possibilitar a construção de uma contextualidade para o problema e a de análise das possibilidades presentes na literatura consultada para concepção do referencial teórico da pesquisa; o tipo estado da arte, que estabelece relações com as produções

anteriores, identificando temáticas recorrentes, apontando novas perspectivas, consolidando uma área de conhecimento e constituindo-se orientações de práticas pedagógicas; a revisão bibliométrica, que tem origem na biblioteconomia e utiliza práticas de mensuração dos aspectos quantitativos de conteúdo em qualquer formato (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014).

Uma importante questão levantada pelas autoras é o uso dos softwares para instrumentalizar e facilitar o trabalho do pesquisador durante o processo de investigação. Cabe frisar que o valor e a credibilidade do estudo também dependem da transparência e do rigor do pesquisador.

Neste levantamento bibliográfico não foi utilizado nenhum software. A pesquisa se deu de forma manual a partir do site da Associação através de uma busca minuciosa nas programações dos GTs. O levantamento envolveu apenas as reuniões que ocorreram entre os anos de 2000 e 2019. Este recorte temporal ocorreu devido ao site da ANPEd só possuir registros virtuais das reuniões a partir de 2000.

Vale ressaltar que quando falamos de EJA em situação de restrição e privação de liberdade, duas esferas estão envolvidas: a educação de adultos presos e a educação de jovens que cumprem medida socioeducativa. Nosso trabalho aqui está voltado para a escola da prisão. Ou seja, a educação voltada para adultos que cumprem alguma sentença prisional.

A partir da busca dos termos preso/a; privado/a; cárcere; prisional; prisão e apenado/a encontramos 11 trabalhos relacionados à temática. Na tabela abaixo os resultados encontrados:

Reuniões Nacionais da ANPEd	Grupos de Trabalho	Títulos dos trabalhos apresentados	Autores
27ª (2004)	GT 03 Movimentos Sociais e Educação	Sociedade, gestão penal e tratamento ao preso – uma pedagogia de despossuição.	Antônio Rodrigues de Sousa
27ª (2004)	GT 12 Currículo	Currículo carcerário: práticas educativas na prisão.	Haroldo de Resende
29ª (2006)	GT- 06 Educação Popular	Escola da prisão: espaço de construção da identidade do homem aprisionado?	Elenice Maria Cammarosano Onofre
31ª (2008)	GT 18 EJA	Educação escolar de adultos em privação de liberdade: limites e possibilidades.	Elenice Maria Cammarosano Onofre
35ª (2012)	GT 18 EJA	Educação de mulheres em situação de aprisionamento: reflexões sobre o perfil social e o direito à educação (poster)	Maria Celeste Reis Fernandes de Souza, Cristina Salles Caetano, Sabrina Ferreira Rosa

36ª (2013)	GT 21 Educação e relações Étnico-Raciais	Educação escolar para negros privados de liberdade no rio de janeiro: dialogando com os sujeitos (poster)	Marcelo da Cunha Sales
37ª (2015)	GT 03 Movimentos Sociais e Educação	Trajetórias juvenis de mulheres em privação de liberdade e experiências escolares: os sentidos produzidos nos encontros e desencontros com a escola	Pollyana dos Santos
37ª (2015)	GT 18 EJA	EJA em contexto de privação de liberdade: saberes potencializados pelo olhar etnomatemático	Claudia de Jesus Meira, Maria Cecilia Fantinato
38ª (2017)	GT 09 Trabalho e Educação	Trabalho e educação nas prisões: a efetividade das práticas formativas para as mulheres privadas de liberdade	Yara Elizabeth Alves
39ª (2019)	GT 02 História da Educação	Prisioneiras: experiências (re) educacionais em uma prisão da corte imperial (1860-1889)	Jailton Alves de Oliveira
39ª (2019)	GT 18 EJA	O currículo da EJA privados de liberdade: concepções de professores	Gabriel Santos da Silva

Podemos identificar que o “GT 18” possui 4 trabalhos referentes à escola da prisão, o maior número. Em seguida, temos o “GT 03” com 2 trabalhos. Já nos “GT 02”, “GT 06”, “GT 09”, “GT 12”, “GT 21” identificamos apenas 1 trabalho em cada.

As temáticas pesquisadas sobre a EJA prisional variam entre questões relacionadas à complexidade de educar no cárcere, as práticas educativas da prisão, os limites e potencialidades da educação no cárcere a partir do discurso de docentes e discentes, o direito à educação das mulheres privadas de liberdade, a educação para pessoas negras privadas de liberdade, os possíveis saberes e conhecimento matemáticos desenvolvidos na prisão a partir de um olhar etnomatemático, a efetividade formativa da educação e do trabalho para mulheres privadas de liberdade, o currículo da EJA a partir de algumas concepções de docentes e a experiência educacional em uma prisão feminina no século XIX.

Algumas considerações

Observando o resultado do levantamento, o primeiro ponto que nos chama atenção é o pequeno número de pesquisas que foram apresentadas nas reuniões nacionais da ANPEd

sobre a educação em espaços de privação de liberdade. Há uma produção crescente neste campo de pesquisa, principalmente em dossiês temáticos, teses e dissertações em Programas de Pós-Graduação espalhados pelo Brasil, como aponta Julião (2017). Logo, é necessário questionarmos a ausência dessas pesquisas nestes encontros nacionais tão importantes para a circulação da produção acadêmica na área de educação.

Um segundo ponto a destacar é que, apesar do número pouco significativo de estudos, existe uma variedade de temas presentes em trabalhos sobre a EJA prisional. São temáticas que têm aderência ao campo do currículo e que expressam diferentes concepções e teorizações do que vem a ser currículo que se modificam em função das diferentes finalidades educacionais buscadas e dos contextos sociais em que estão sendo produzidas (LOPES; MACEDO, 2011). É possível identificar que estas pesquisas estão ancoradas em perspectivas críticas e que carregam rastros de concepções idealizadas de educação, de escola e de sujeito para defender um modelo de EJA prisional - os perigos da norma.

O terceiro e último ponto que nos chama atenção é a inexistência de trabalhos no GT currículo. Conclusão que sustenta o argumento de que existe um vasto leque de temáticas que têm mobilizado os pesquisadores da educação prisional e que podem ser aprofundadas em movimentos de aproximação com aportes teóricos e reflexões desenvolvidas no campo do currículo. Neste contexto, merece destaque as reflexões produzidas a partir de perspectivas pós-estruturalistas (MACEDO, 2012; 2016; 2017, LOPES, 2013; 2015; 2017) que nos auxiliam na desestabilização de sentidos de educação, escola e currículo nas discussões sobre a escola da prisão. Sedimentações que se sustentam em discursos universalizantes e realistas de educação.

As reflexões pós-estruturalistas podem ser produtivas na medida em que possibilitam a inversão de uma ordem conceitual e a adoção de uma postura teórica de problematização daquilo que parece possuir uma origem e essência - “estabelecido como objetivo, como fundamento, como presença plena” (LOPES, 2013, p. 450) e que possa ser abalado pela emergência de novos sentidos. Esta conversa está apenas no início.

Referências

JULIÃO, E. F. Educação para jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade no Brasil: questões teóricas, políticas e pedagógicas. **Trabalho & Educação**. Belo Horizonte. v.26 n.1.p. 117-133 jan-abr, 2017.

LOPES, A. C. Normatividade e intervenção política: em defesa de um investimento radical. In: LOPES, A. C.; MENDONÇA, D. de. **A teoria do discurso de Ernesto Laclau**. Ensaios críticos e entrevistas. São Paulo: Annablume, 2015. p. 117- 147.

LOPES, A. C. Política, conhecimento e a defesa de um vazio normativo. In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo P.; LINHARES, Bianca (Orgs.). **Ernesto Laclau e seu legado transdisciplinar**. São Paulo: Intermeios, 2017, p.109- 127.

LOPES, A.C.; MACEDO, E. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez. 2011

MACEDO, E. Currículo e conhecimento: aproximações entre educação e ensino. **Cadernos de Pesquisa**, v. 42, n. 147, p. 716-737, 2012.

_____. Base Nacional Curricular Comum: a falsa oposição entre conhecimento para fazer algo e conhecimento em si. **Educação em Revista**, v. 32, n. 2, p. 45-68, 2016.

_____. Mas a escola não tem que ensinar?: conhecimento, reconhecimento e alteridade na

teoria do currículo. **Currículo sem Fronteiras**, v. 17, n. 3, p. 539-554, set./dez. 2017.

RODRIGUES, V.E.R; OLIVEIRA, R.C.S. A educação nas prisões: revisão de literatura. In: EDUCERE - VI Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente – SIPD/CÁTEDRA UNESCO. **Anais XIV Congresso Nacional de Educação da PUC-PR**. Curitiba/PR, 2017.

VOSGERAU, D. S. R., ROMANOWSKI, J.P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. In: **rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, V.14. n.41, p.165-189, jan./abr.2014.